

UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DE UMA COLETIVA DE MULHERES NEGRAS NA PERSPECTIVA DA DECOLONIALIDADE

Carmem Lucia Eiterer¹
Tatiana Neves Da Silva²

Resumo

A luta das mulheres negras por inclusão e justiça social tem sido historicamente marcada por desafios, tensões e avanços. A partir da década de 1970, vemos a efervescência das organizações de mulheres negras no Brasil, em sua resistência à opressão, às desigualdades sociais e à visibilidade de suas narrativas em diferentes espaços sociais. Diante do silenciamento e da invisibilidade imposta pela branquitude: hegemônica, eurocêntrica, racista, colonial, as mulheres negras refletem juntas sobre os enfrentamentos a esse sistema, à colonialidade do poder, saber e ser (QUIJANO, 2005). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as estratégias de superação das desigualdades e a busca por justiça social, engendradas por uma Coletiva de mulheres negras, atuante em um Aglomerado de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Essa Coletiva afeta mulheres, em sua maioria negras, da periferia onde está sediada. Esses afetos (ações) são pensados no sentido de cuidado e autocuidado, a valorização da educação antirracista, a tentativa de diminuir a insegurança alimentar, ainda mais presente no cenário da Pandemia do COVID-19. Neste trabalho, a metodologia utilizada baseia-se em elementos da pesquisa etnográfica, principalmente a observação participante e o registro sistemático em diário de campo. Além disso, são utilizadas entrevistas narrativas, baseadas nos relatos biográficos das sujeitas. Os resultados iniciais apontam para a importância das ações desenvolvidas pela *Coletiva Mulheres da Quebrada* no seu território de atuação, impulsionando outras mulheres na luta por direitos.

Palavras-chave: Mulheres negras; Feminismo negro; Igualdade social; Colonialidade; Decolonialidade.

¹ Graduada em Filosofia pela FFLCH-USP. Mestre e Doutora pela FE-USP. Professora Titular do DMTE da FaE-UFMG. Integra o Programa de Pós-Graduação em educação: Conhecimento e Inclusão Social. Participa do grupo de pesquisa NEJA/FaE-UFMG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6978-155X>. E-mail: eiterercarmem@gmail.com.

² Pedagoga, professora da Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de Belo Horizonte. Mestranda em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (FaE/UFMG). Participou do Programa de Ações Afirmativas na UFMG e do PIBID-EJA na mesma universidade. Desenvolve pesquisa no campo do feminismo negro anticolonial. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9943-3505>. E-mail: tatiananeves1985@gmail.com.

A REFLECTION ON THE PERFORMANCE OF A COLLECTIVE OF BLACK WOMEN IN THE PERSPECTIVE OF DECOLONIALITY

Abstract

The struggle of black women for inclusion and social justice has historically been marked by challenges, tensions and advances. From the 1970s onwards, we see the effervescence of black women's organizations in Brazil, in their resistance to oppression, social inequalities, and the visibility of their narratives in different social spaces. Faced with the silencing and invisibility imposed by whiteness: hegemonic, Eurocentric, racist, colonial, black women reflect together on the confrontations with this system, with the coloniality of power, knowledge and being (QUIJANO, 2005). In this sense, the objective of this work is to reflect on the strategies to overcome inequalities and the search for social justice, engendered by a Collective of black women, active in a cluster in Belo Horizonte, capital of the state of Minas Gerais. This collective affects women, mostly black, from the periphery where it is based. These affections (actions) are thought in the sense of care and self-care, the enhancement of anti-racist education, the attempt to reduce food insecurity, even more present in the scenario of the COVID-19 Pandemic. In this work, the methodology used is based on elements of ethnographic research, mainly participant observation and systematic recording in the field diary. In addition, narrative interviews are used, based on the subjects' biographical reports. The initial results point to the importance of the actions undertaken by the *Coletiva Mulheres da Quebrada* in its territory of action, boosting other women in the struggle for rights.

Keywords: Black women; Black feminism; Social equality; coloniality; Decoloniality

UNA REFLEXIÓN SOBRE LA ACTUACIÓN DE UN COLECTIVO DE MUJERES NEGRAS EN LA PERSPECTIVA DE LA DECOLONIALIDAD

Resumen

La lucha de las mujeres negras por la inclusión y la justicia social ha estado históricamente marcada por desafíos, tensiones y avances. A partir de la década de 1970, vemos la efervescencia de las organizaciones de mujeres negras en Brasil, en su resistencia a la opresión, las desigualdades sociales y la visibilidad de sus narrativas en diferentes espacios sociales. Frente al silenciamiento y la invisibilidad que impone la blanquitud: las mujeres negras hegemónicas, eurocéntricas, racistas, coloniales, reflexionan juntas sobre los enfrentamientos con este sistema, con la colonialidad del poder, del saber y del ser (QUIJANO, 2005). En ese sentido, el objetivo de este trabajo es reflexionar sobre las estrategias de superación de las desigualdades y de búsqueda de la justicia social, engendradas por un Colectivo de mujeres negras, activo en un clúster en Belo Horizonte, capital del estado de Minas

Gerais. Este colectivo afecta a mujeres, en su mayoría negras, de la periferia donde se asienta. Estos afectos (acciones) están pensados en el sentido del cuidado y autocuidado, la potenciación de la educación antirracista, el intento de reducir la inseguridad alimentaria, más presentes aún en el escenario de la Pandemia del COVID-19. En este trabajo, la metodología utilizada se basa en elementos de la investigación etnográfica, principalmente la observación participante y el registro sistemático en el diario de campo. Además, se utilizan entrevistas narrativas, a partir de los relatos biográficos de los sujetos. Los resultados iniciales apuntan a la importancia de las acciones emprendidas por la *Coletiva Mulheres da Quebrada* en su territorio de actuación, impulsando a otras mujeres en la lucha por los derechos.

Palabras clave: Mujeres negras; feminismo negro; Igualdad social; colonialidad; Decolonialidad.

INTRODUÇÃO

A luta das mulheres negras por inclusão e justiça social, tem sido historicamente marcada por desafios, tensões e avanços. A partir da década de 1970, vemos a efervescência das organizações de mulheres negras no Brasil, na resistência às opressões, desigualdades sociais, e pela visibilidade de suas narrativas nos diversos espaços sociais. Diante do silenciamento e invisibilidade impostos pela branquitude: hegemônica, eurocêntrica, racista, colonial, as mulheres negras refletem juntas, sobre os enfrentamentos a esse sistema, à colonialidade do poder, saber e ser (QUIJANO,2005). Conforme Schucman (2014), a branquitude pode ser compreendida enquanto o conjunto de privilégios dos/das sujeitos/as brancos/os, no acesso aos bens materiais e simbólicos. Esses lugares de privilégios foram implementados pelo colonialismo e continuam vigorando na atualidade. Desta forma, as desigualdades raciais fundamentam-se a partir das estruturas de poder articuladas pela branquitude. Nas palavras de Bento:

Talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo e cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios. O que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença. (BENTO,2002, p.44).

Pensando no direito à diferença, as pesquisas sobre desigualdades de gênero iniciam-se nos anos 60, através dos movimentos feministas, que denunciavam formas particulares de dominação e subalternização das mulheres. Desses estudos, originam-se outros, visibilizando sujeitas e sujeitos sociais excluídas/os da história hegemônica: negros, homossexuais, imigrantes, povos indígenas. Inicialmente, a luta dos movimentos femininos mostrava-se universalizante, não reconhecendo a discriminação sofrida pelas mulheres negras. Conforme hooks (2019), o movimento feminista era narcisista e universal, segregando as diversidades étnico-raciais e formatando hierarquias de opressão. De acordo com Gonzalez (2020), na situação brasileira, o movimento de mulheres, derivado dos setores mais progressistas da classe média branca, com frequência ignorava a questão racial. Diante disso, nas reflexões de Lélia Gonzalez, o feminismo latino-americano enfraqueceu durante as décadas de 70 e 80, por desconsiderar o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, adotando uma formulação de princípios amplamente notados em discursos masculinos e brancos.

Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. Concordamos plenamente com Jenny Bourne, quando ela afirma: “Eu vejo o antirracismo como algo que não está fora do movimento de mulheres, mas como algo intrínseco aos melhores princípios feministas.” (GONZALEZ, 2020, p. 142).

Desta forma, a urgência de um espaço específico para responder às suas reivindicações, fez com que as organizações de mulheres negras brasileiras se reunissem em torno de um único objetivo, constituindo o movimento de mulheres negras, trazendo uma dupla militância: a continuidade e a garantia das conquistas no campo racial, ainda que num contexto de desigualdades de gênero; e a demanda para que as conquistas dos movimentos feministas não priorizassem apenas as mulheres brancas.

Contudo, as mulheres negras conquistaram um lugar de protagonismo dentro do Movimento Negro Brasileiro, trazendo suas pautas para a centralidade dos debates. Dentre as várias organizações coletivas de mulheres negras, podemos citar, conforme Ratts e Rios (2010), a criação do Nzinga Coletivo de Mulheres, em 1983, no

Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio da cidade do Rio de Janeiro. Lélia Gonzalez foi a primeira coordenadora desse coletivo, que tinha o objetivo de trabalhar com mulheres negras de baixa renda, e reunia sujeitas de diferentes posições sociais: moradoras do morro e de bairros de classe média, trabalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária. O Coletivo Nzinga abrigava ainda, sujeitas advindas de diversas experiências de formação associativa (movimento feminista, movimento negro, associações de favelas, dentre outras). Nesse contexto, o Nzinga trouxe uma dimensão importante para as demais organizações: o desenvolvimento na prática das categorias de raça, sexo e classe.

Diante dessa perspectiva, os movimentos se dão em diversas frentes de atuação, contribuindo no processo de democratização do Estado, na luta contra a violência doméstica, o direito de decisão sobre a sua sexualidade, conquistando autonomia sobre seus corpos, as diferenças salariais, etc. As mulheres negras enfrentaram e se deparam até os dias atuais com uma extensa camada de opressões: raça, gênero e classe. Por isso, “Ser Negra e mulher no Brasil, é objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (GONZALEZ, 2020, p. 58). Esse sistema de opressão baseia-se na interseccionalidade de dispositivos de dominação. A noção de interseccionalidade é uma ferramenta metodológica cunhada pela jurista Kimberlé Crenshaw. Uma ferramenta analítica usada para “pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas” (AKOTIRENE, 2022, p. 01).

O racismo, fundamentado numa lógica colonial, reflete de forma incisiva sobre a vidas das mulheres negras, dificuldade sua inserção em trabalhos de maior prestígio social, e até mesmo o acesso ao emprego. Esse processo de colonialidade imerso nas práticas racistas, impulsiona o sucessivo aumento nos casos de violência contra as mulheres negras, o direito à moradia, à segurança alimentar, à educação de qualidade.

Por tudo isso, evidencia-se a nossa responsabilidade quanto aos nossos modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Essa questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser

coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. (GONZALEZ, 2020, p. 269-270).

Como destaca Gonzalez (2020), o feminismo desempenhou um importante papel nas lutas e conquistas das mulheres negras no Brasil, originando grupos e redes de mobilização, refletindo e analisando o capitalismo baseado no patriarcado, e desvelando as raízes de sustentação das opressões às mulheres. Entretanto, o feminismo por muito tempo, manteve suprimida a questão racial em suas pautas. Entende-se que “[...]tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação” (GONZALEZ, 2020, p.141).

Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. (GONZALEZ, 2020, p. 141).

Por isso, é inegável o protagonismo dos movimentos negros nos movimentos sociais. Diante da consciência das opressões relacionadas à dimensão racial, as mulheres negras se organizam, tendo sua efervescência nos anos 1980. Esses movimentos de mulheres negras resistem até os dias de hoje, formando coletivos que trazem dentre suas pautas o antirracismo, que carrega consigo as reivindicações por tantos direitos apagados pela colonialidade.

Neste trabalho³, destaca-se a atuação de uma Coletiva⁴ de mulheres negras da cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais). A *Coletiva Mulheres da Quebrada* surge em 2018, formada majoritariamente por mulheres negras, de múltiplas atuações: psicólogas, professoras, pesquisadoras das relações étnico-raciais, artistas. Uma parte significativa dessas sujeitas reside no Aglomerado da Serra (Belo Horizonte), que é também o principal espaço de atuação. Além do mais, o grupo se forma a partir das demandas locais, do território no qual estão inseridas, e tem relação com os

³ Artigo produzido a partir de uma pesquisa de mestrado.

⁴ O uso do termo “Coletiva” no feminino e singular, recorrente neste texto, se reporta a grafia adotada pela organização de mulheres “Coletiva Mulheres da Quebrada”. O nome da Coletiva é mantido público no trabalho, em acordo com autorização no TCLE assinado por elas.

contextos de vidas das componentes, que residem na Serra. No princípio, as demandas se concentravam em atendimentos psicológicos das mulheres do entorno, que eram atingidas por diversas formas de violências: a violência doméstica, o racismo, o desemprego, as condições precárias de moradia, o acesso limitado aos serviços de saúde, o machismo presente nas falas e ações de familiares e vizinhos. No entanto, com o tempo, outras demandas se apresentaram. Por isso, atualmente, as principais ações da Coletiva são: atendimentos psicossociais, encontros com oficinas, workshops de dança, teatro, seminários, rodas de conversa e apresentações artísticas, entre outros. Desenvolve-se atividades de formação e reflexão, capacitando as sujeitas do Aglomerado para o enfrentamento da violência contra a mulher e o racismo estrutural, para a efetivação dos direitos à saúde emocional e psíquica, de viver dignamente, atenção para a importância do afeto e do autocuidado mútuo, utilizando e produzindo o espaço urbano com justiça social. As *Mulheres da Quebrada* se mantêm a partir de parcerias estabelecidas com instituições privadas (farmácias, livrarias, padarias, ONGs, empresas de produtos de higiene pessoal, de decorações) e doações advindas de pessoas físicas. A Coletiva organiza-se em distintos e complementares eixos, a saber: saúde mental; comunicação; escrita de editais; assistencial; cultura e Arte. No tocante à atuação, no final de julho de 2021, foi criado um eixo de trabalho denominado formação, visando a alfabetização das mulheres jovens, adultas e idosas. A proposta é centrada na apropriação da leitura e escrita crítica do mundo. Nas palavras de uma das integrantes do movimento social: “*Uma educação emancipatória*” (M, 31 anos).

O Aglomerado da Serra é uma das maiores favelas do Brasil. O território localiza-se na região Centro-Sul de Belo Horizonte, possui 8 vilas, e segundo estimativas de organizações locais, ultrapassa 50 mil habitantes. Esse território congrega diferentes comunidades que estão entre as mais pobres e consideradas como das mais violentas do país. Acumulam carências decorrentes da situação de analfabetismo prevalente e da precária presença de políticas públicas e equipamentos do Estado. Constatando a ausência do Estado, refletida na dificuldade de acesso aos direitos básicos (educação, moradia, saúde, segurança etc.), a Coletiva traça um projeto de emancipação social, focado nas lutas pela efetivação dos serviços/direitos essenciais da população do Aglomerado. Nessa perspectiva, durante

uma Audiência Pública, realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, cujo objetivo principal consistia em escutar as demandas das mulheres do aglomerado a partir das vozes da Coletiva, uma vereadora do campo progressista, proferiu a seguinte fala:

Em primeiro lugar, falar do tamanho do Aglomerado. Eu acho isso importante, porque muitas vezes isso vai ser utilizado como desculpa pra falar: ah, mas a gente não consegue dar conta de tanta gente, de tantos lugares, um espaço desse tamanho. Isso, eu acho que é um absurdo quando eu escuto esse tipo de argumento, porque é como se o Aglomerado tivesse que caber dentro do poder público, e não o poder público que tivesse que caber para o Aglomerado. E não que a máquina do poder público tivesse que dar conta de toda essa complexidade, de todo o território, assim como dá conta de outras regiões da cidade. Então, eu queria começar falando isso assim. E falar que o tamanho do Aglomerado, eu acho que tem uma potência muito grande. Então tem que ser encarado como potência e não como desculpa para não dar conta de todo o território, sabe. É nítido aos nossos olhos que o Aglomerado traz contribuições culturais, artísticas, enfim, de renda, de várias coisas pra cidade, que é muito importante, sabe. Tem um valor pra cidade, um valor muito grande. Então, assim, isso precisa ser potencializado, e não violentado, que na prática é isso. Que na prática, é o que vocês disseram aqui: o SAMU não sobe, o camburão sobe. Não é uma questão de não poder, de não ter como. (LOURENÇA, junho, 2021).

Percebe-se a ausência do poder público em setores como: saúde, segurança pública, assistência social. Durante a pandemia do COVID 19, as demandas cresceram ainda mais, principalmente no tocante ao combate das seguintes opressões: insegurança alimentar, violência contra a mulher, desemprego. Portanto, o objetivo desse artigo é refletir sobre as estratégias de superação das desigualdades e de busca por justiça social, engendradas pela *Coletiva Mulheres da Quebrada*, e como essas estratégias reverberam no território em que estão inseridas. Essa reflexão dialoga com as lutas decoloniais, que constróem estratégias de superação das dominações impostas pela colonialidade do poder-saber.

O ATIVISMO DAS MULHERES DA QUEBRADA NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

A *Coletiva Mulheres da Quebrada* articula ações, com vistas ao combate das desigualdades raciais e sociais. As mulheres que são afetadas (no sentido do afeto que recebem) pela Coletiva, são em sua maioria, mulheres negras e provedoras das famílias. Conforme Gonzalez (2020), desde a chamada Independência do Brasil,

observa-se toda uma trama político-social, que busca excluir a população negra dos projetos de construção do país enquanto nação.

Assim sendo, não foi por acaso que os imigrantes europeus se concentraram em regiões que, do ponto de vista político e econômico, detêm a hegemonia quanto à determinação dos destinos do país. Refiro-me sobretudo à região Sudeste. Por isso mesmo, pode-se afirmar a existência de uma divisão racial do espaço em nosso país, uma espécie de segregação, com acentuada polarização, extremamente desvantajosa para a população negra. (GONZALEZ, 2020, p. 94).

Desta maneira, quando Lélia Gonzalez chama atenção para a desvantagem que a população negra enfrenta, se refere à sua distribuição espacial no território brasileiro, já que residem em grande parte nas regiões menos favorecidas economicamente, e quando se encontram em localidades no sul e sudeste, enfrentam situações de moradia, emprego, educação e segurança precários. Essas desigualdades são baseadas na branquitude, que como já discutido nesse artigo, representa um lugar de privilégios. Por isso, ser branco no Brasil representa cotidianamente, situações de vantagem em relação às pessoas negras. Observa-se estudos que demonstram que brancos tem mais acesso à educação, emprego, melhores salários, possibilidades maiores de ascensão social. Conforme uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2018), intitulada *Desigualdades⁵ Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, a discrepância do rendimento médio dos brasileiros se dá do seguinte modo: brancos (R\$2.814,00), pardos (R\$1.606,00) e pretos (R\$1.570,00). Ainda no quesito renda, pretos e pardos representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos e somente 27,7% daqueles 10% com maiores salários. Ademais, o IBGE mostrava que apenas 61% da população negra brasileira conseguia concluir o ensino médio, enquanto a taxa de conclusão dos brancos equivalia a 76,8%. Já com relação ao ensino superior, na época o percentual da população preta ou parda, que alcançou a conclusão correspondia a 55,6%, demonstrando um aumento com relação ao censo anterior (2016). Entretanto, esse índice permanecia abaixo dos 78,8% da população branca, concluinte dessa etapa educacional. O estudo apresenta disparidades no acesso ao mercado de trabalho, na ocupação de cargos de chefia, no exercício da

⁵ Trabalho publicado em 2019.

informalidade, com a população negra na maioria das vezes em situação de desvantagem num comparativo com os brancos. Persistem ainda as discrepâncias no aspecto de moradia, com um número maior de pessoas negras vivendo em locais com ausência de saneamento básico. Verifica-se também que a população negra é a mais atingida pela violência, inclusive a violência policial.

Nessa direção, o Aglomerado da Serra é uma comunidade que vive uma realidade cotidiana de desigualdades sociais, violações de direitos, invisibilização e aniquilamento de corpos femininos, negros, periféricos. O aniquilamento das mulheres negras demonstra-se nos feminicídios, na violência doméstica, nas mortes simbólicas através de agressões psicológicas, no racismo, na negação de direitos pelo Estado, na desvalorização dos saberes produzidos por essas sujeitas. Portanto, esse aniquilamento “estende-se ao genocídio e ao epistemicídio⁶.” (WERNECK, 2010, p.10). Verifica-se no Aglomerado da Serra, um Estado que se mostra ausente, e incapaz de garantir a dignidade humana aos moradores que ali sobrevivem. É importante destacar o frequente abuso das forças policiais, que oprimem e violentam a população negra, sobretudo masculina e jovem, nesse território.

Diante do exposto, a Coletiva assume e vai além do que o poder público deveria oferecer. São inúmeros atendimentos/acolhimentos psicológicos mensais, mais de 200 cestas básicas e kits de higiene íntima feminino distribuídos a cada mês, interações por aplicativos de mensagem, onde se reflete sobre racismo, sexismo, opressão sexual e policial, e espaço de afeto, de promoção da autoestima, do fortalecimento da identidade da mulher negra. Mediante a pandemia, as formações presenciais precisaram ser suspensas. Nesses encontros, discutia-se sobre as temáticas citadas, trazendo as mulheres do Aglomerado para o centro do debate, em momentos em que ministravam oficinas, construindo com essas sujeitas uma aliança, na perspectiva da busca por justiça social, e no enfrentamento aos sistemas de dominação. Compreende-se que diante da presença dos padrões de dominação tão sofisticados, o ativismo das mulheres negras precisa organizar-se de forma coesa, para enfrentar esses sistemas complexos de opressões. Pensando nisso, a Coletiva inicia em outubro de 2021, o retorno às atividades presenciais. O reencontro após quase dois anos de pandemia, ocorre numa roda de conversa sobre masculinidades,

⁶ O conceito de epistemicídio será explicado adiante.

envolvendo a participação das *Mulheres da Quebrada*, de moradoras da Serra, integrantes homens do *Bloco Seu Vizinho*⁷, de componentes de outras organizações populares e pesquisadores. No dia 12 de março de 2022, acontece o ato chamado de “8M na Quebrada”, articulado pela Coletiva, cujo objetivo central foi o combate à violência doméstica. Na referida ação, as mulheres, moradoras do Aglomerado da Serra, ocuparam as ruas da comunidade com cartazes, além de participarem de manifestações culturais e artísticas. Ademais, salienta-se a presença de outros movimentos sociais, e representantes do poder público: vereadoras, membros da defensoria pública de Minas Gerais, dirigentes de casas de acolhimento às mulheres vítimas de violência, dentre outras instituições. Ressalta-se que as alianças são importantes e necessárias nas lutas contra os diferentes tipos de dominação. Conforme Collins (2019), é importante a elaboração de estratégias de formação de coalizões, pois as lutas por transformações são ainda mais difíceis sem aliados. “Por exemplo, o feminismo negro como projeto de justiça social apoiou e, em muitos casos, se engajou em coalizões com outros movimentos pela justiça social.” (COLLINS, 2019. p. 443). Assim, as alianças são necessárias para transgredir os modelos de objetificação criados e sustentados pelo colonialismo. Por isso, é necessário pensar e articular na perspectiva decolonial. Mas, o que se entende enquanto colonialidade e decolonialidade?

Atualmente, fala-se bastante sobre colonialidade e decolonialidade. Para continuidade da discussão, é necessário rever o conceito de colonialidade. Entende-se por colonialidade a maneira de ser das relações sociais advindas do período do colonialismo. Maneira essa, fundada nas ideias e práticas europeias de dominação e opressão, com base nas invasões das terras que formam a América Latina. Vejamos: a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. E mais do que isso: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; e a sua parte indissociavelmente constitutiva (MIGNOLO, 2003, p. 30, apud BALLESTRIN, 2013, p. 100). Ao longo do período colonial, formas de viver e de gerenciar as vidas foram propagadas e fixadas no Brasil, a partir de um repertório de

⁷ O *Bloco Seu Vizinho* é um movimento artístico cultural local, que faz parte de um projeto de mesmo nome, e possui em seus objetivos a promoção da arte, cultura e cidadania por toda a vizinhança, em busca das transformações sociais. Sediado no Aglomerado da Serra, o *Seu Vizinho* é voltado principalmente aos jovens do território. São oferecidas oficinas de percussão, além de rodas de conversa sobre assuntos que permeiam a juventude da Quebrada.

práticas idealizadas e expandidas pelos colonizadores. O colonialismo forjou mentalidades, linguagens, regulações, traumas, dispositivos de interação social e trocas simbólicas que até hoje povoam a mentalidade, as práticas e as relações sociais (RUFINO, 2019). A ideia é a de que a colonialidade ainda não foi vencida ou superada, mas é persistente em nossas vidas.

Haja vista a vigência da colonialidade enquanto estrutura das relações e hierarquias na sociedade contemporânea, a elaboração de estratégias de resistência é de suma importância para a transformação do cenário de opressão. Portanto, a decolonialidade emerge como um conceito e prática de reinvenção, de devir, de (re)existências aos sistemas que oprimem, que impossibilitam a vida em sua total amplitude e humanização, principalmente no que diz respeito a populações colocadas intencionalmente à margem da sociedade. A descolonização deve ser entendida não somente como um mero conceito, mas também como uma prática permanente de transformação social na vida comum. É, portanto, uma ação rebelde, inconformada: em suma, um ato revolucionário (RUFINO, 2019). Desta maneira, entende-se que os movimentos de resistências têm denunciado, respondido e se insurgido, enfrentando a colonialidade com vigor, estabelecendo as lutas decoloniais.

As crises são momentos de oportunidade. Diante do esgotamento dos discursos e paradigmas eurocêntricos e de sua capacidade de gerar alternativas políticas voltadas ao futuro, o panorama atual traz um momento de oportunidade para os movimentos decoloniais. A mudança do conteúdo dos nossos projetos de luta anti-imperialista e anticapitalista moderna para um conteúdo antissistêmico de mudança civilizatória constitui hoje mais do que nunca uma necessidade e um projeto atrativo a muitas populações no mundo atual (GROSFOGUEL, 2020, p.75).

Verifica-se no cenário do Aglomerado da Serra, as invisibilidades causadas pela lógica colonial, sejam invisibilidades epistêmicas, dos corpos, das identidades, do existir, principalmente da mulher negra, que se insere em um contexto de múltiplas opressões. Assim sendo, entende-se que é necessária a união de forças do feminismo negro, a construção de diálogos e ações para confrontar a colonialidade do poder, que hierarquiza a sociedade brasileira com base em raça e gênero. Conforme Angela Figueiredo, “a colonialidade do poder destaca o modo como as hierarquias raciais permaneceram intactas após o período colonial.” (FIGUEIREDO, 2020, p.209). Nesse

sentido, diante das pressões dos movimentos sociais, que exigem a incorporação das sujeitas e dos sujeitos, apagados pela lógica colonial, a colonialidade do poder é reconfigurada, apresentando uma certa abertura à inclusão desses corpos negados, ou das ditas minorias raciais.

Destaca-se ainda que o colonialismo construiu formas de essencialização e classificação dos corpos colonizados, imprimindo pesadas marcas sobre esses corpos, fortalecendo estereótipos e representações racializadas. O epistemicídio, que caracteriza a colonialidade, incidiu diretamente sobre as mulheres negras, negando, apagando as suas produções de saberes e conhecimentos. Neste trabalho, entende-se epistemicídio na seguinte perspectiva:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p.97).

Nesse sentido, a lógica colonial inventou corpos desumanizados, excluídos da condição de seres sociais/sujeitos. Com isso, suas narrativas e habilidades intelectuais com vistas à produção de conhecimento, e o direito de participação histórica e social foram negados. Essa dinâmica afetou intensamente as mulheres negras colonizadas, baseada no conjunto de ações que as desumanizou. Na atualidade, persistem as representações cunhadas na desumanização dessas mulheres. Tais representações contaminam as sociedades, as instituições, causando malefícios à vida das mulheres negras. No entanto, os corpos femininos negros têm incessantemente confrontado poderes, refutando estereótipos, questionando discriminações e representações negativas, enfrentando as desigualdades. Ressalta-se que na formação da diáspora, as articulações das mulheres negras “tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no

agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos” (WERNECK, 2010, p. 4).

Portanto, nota-se as inúmeras conquistas das mulheres negras, ao longo das décadas: ampliação de direitos, acesso às políticas, bens e serviços, protagonismo social. Conforme Figueiredo (2018), podemos citar momentos importantes com a presença das mulheres negras em ações de resistência. Atenta-se ao protagonismo dessas sujeitas na Frente Negra Brasileira (FNB), que foi uma das primeiras organizações do século XX (1931), que exigia a igualdade e participação dos negros na sociedade brasileira. A presença massiva das mulheres negras pode ser notada ainda no Teatro Experimental do Negro (TEN), que trazia como principal pauta a valorização do negro, e da cultura afro-brasileira, através da arte e educação. A intelectual destaca o *I Encontro de Mulheres Negras*, ocorrido em 1988, na cidade de Valença-RJ, além do *Primeiro Seminário Nacional das Mulheres Negras*, em Atibaia-SP (1993). Cabe pontuar, de acordo com Figueiredo (2018), a fundação de organizações femininas negras, articuladas por mulheres, enumeradas a seguir: 1) Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado: lutando contra as atitudes racistas e sexistas, praticadas no mercado do trabalho; 2) GELEDES (Instituto da Mulher Negra): Fundado em 1988, por Sueli Carneiro, Solimar Carneiro, Edna Roland, Ana Lucia Xavier Teixeira, e Maria Lucia da Silva. Esse instituto empreende o combate ao racismo e sexismo na sociedade brasileira; 3) CRIOLA: Criado em 1992, voltado à defesa e promoção dos direitos das mulheres negras; 4) ODARA: Instituto da Mulher Negra: Organização negra feminista contra o racismo, sexismo e a lesbofobia. Nesse enfoque, aconteceu a Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, em novembro de 2015. Esse evento reuniu aproximadamente 35 mil mulheres, vindas de várias partes do Brasil.

As demandas da Marcha das Mulheres Negras estão contidas na “Carta das Mulheres Negras”. Para os propósitos deste texto, faço o resgate de algumas dessas demandas, tais como: direito à vida e à liberdade; promoção da igualdade racial; direito ao trabalho; direito à educação; direito à justiça; direito à moradia, à terra e à cidade; direito à segurança pública e direito à cultura; e, o que nos parece verdadeiramente mais subversivo, do ponto de vista de um projeto político: em coro, nós, mulheres negras, exigimos um novo projeto civilizatório! (FIGUEIREDO, 2018, p.1092).

Diante do exposto, visualizamos diversas mobilizações das mulheres negras, ao longo das décadas no cenário brasileiro. Tais mobilizações trazem em comum as lutas contra as desigualdades, enfrentadas por essas sujeitas. Entretanto, um número considerável dessas mulheres ainda vive em situação de vulnerabilidade social, diante da ausência de garantias a uma vida digna. Segundo Figueiredo (2020), existe uma urgência de um pacto civilizatório, que só pode ser alcançado a partir daquelas que vivem à margem, sobre a negação de sua vida pela Estado. Esse caminho é conhecido enquanto Bem Viver.

Bem Viver para ser uma realização histórica efetiva não pode ser senão um complexo de práticas sociais orientadas à produção e à reprodução democráticas de uma sociedade igualmente democrática, um outro modo de existência social, com seu próprio e específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos à colonialidade global de poder e à colonialidade/modernidade/eurocentrada. Este padrão de poder ainda é hoje mundialmente hegemônico, porém está sem seu momento de mais profunda crise desde sua constituição há pouco mais de quinhentos anos. Nestas condições, Bem Viver, hoje, somente pode ter sentido como uma existência social alternativa, com uma de/colonialidade do poder (QUIJANO, 2014, p. 46, Apud FIGUEIREDO, 2020, p. 215).

De acordo com Figueiredo (2020), os movimentos de mulheres negras brasileiras utilizam o conceito de Bem Viver, além de ampliá-lo, denunciando as crueldades do plano civilizatório. Diante desse plano, que marginaliza a população negra, as agendas das mulheres negras costumam ser minimizadas por demandas coletivas, que muitas vezes, impossibilitam a abordagem das questões específicas dessas mulheres exclusivamente (acesso igualitário à educação, inserção em trabalhos com melhor remuneração, moradia digna). Na perspectiva da autora, o Estado dificulta diariamente a vida da população negra brasileira, e especificamente das mulheres negras, que fazem parte da base dessa estrutura, sofrendo vários tipos de opressões. Essa inércia do poder público torna a tarefa dessas sujeitas ainda mais árdua, pois enxergam-se com o papel de lutar pelas vidas do povo negro diariamente. Percebe-se a *Coletiva Mulheres da Quebrada* realizando o papel que deveria ser do Estado, em inúmeras situações. Nesse sentido:

[...] para as mulheres negras não há uma possibilidade de agenda separada, autônoma, apartada das questões de sobrevivência coletiva, trabalho, moradia, educação, saúde, segurança, entre tantas outras coisas. O

pertencimento à comunidade é parte integrante e indissociável da construção de qualquer agenda política (FIGUEIREDO, 2020. p.216).

Nesse sentido, conforme Angela Figueiredo (2020), diante das dificuldades e apagamentos impostos pelo Estado Brasileiro, do cerceamento inclusive do direito vida, essas mulheres negras se deparam frente a um desafio ainda mais árduo, pois, enxergam-se no papel de lutar pelas vidas da população negra diariamente.

Nesse sentido, é válido destacar que um dos importantes aspectos que distingue o feminismo negro, ou o ativismo de mulheres negras, é a amplitude de sua agenda que, embora protagonizado por um grupo particular, não se restringe a interesses específicos voltado apenas para ele. Como questionar as desigualdades de gênero num contexto em que ainda é preciso assegurar o direito à vida? (FIGUEIREDO, 2020. p.216).

Portanto, a *Coletiva Mulheres da Quebrada* encontra-se num lugar de potência, lutando pelas suas vidas, e pelas vidas das outras pessoas, enfrentando o colonialismo, o pensamento hegemônico, as desigualdades de um Brasil forjado em estruturas racistas. Esse movimento de luta tem avançado na garantia de conquistas. No entanto, reconhece-se que ainda há muitas estruturas de opressões, advindas das lógicas já mencionadas, a serem superadas.

Nessa direção, pondera hooks (2019), muitas teorias feministas foram construídas por mulheres privilegiadas, que vivem no centro, onde as experiências contadas não dizem sobre as mulheres que vivem na margem. As margens são espaços possíveis de construção política das ações coletivas, e mulheres negras na diáspora vêm atuando como corpos políticos, produzindo conhecimento a partir de diferentes experiências e vivências, narrativas e contextos. Deste modo, as sujeitas que fazem parte da *Coletiva Mulheres da Quebrada* demonstram com os saberes por elas produzidos, a importância dos processos de resistência empreendidos contra negações de direitos, experimentadas ao longo da história, originando diversas respostas nas epistemologias descolonizadoras, que buscam a superação do eurocentrismo, das teorias e concepções de gênero conservadoras e hegemônicas. As epistemologias produzidas pelas mulheres negras seguem na contramão da colonialidade, protagonizando a produção do conhecimento, e a formulação de

projetos políticos em variadas perspectivas: política, cultural, religiosa (COLLINS, 2019).

Diante do exposto, Reis (2012) pontua ser fundamental que incorporem em nossas propostas de pesquisa, o empoderamento e protagonismo dessas mulheres como um movimento diaspórico, construído como movimento social. Pensar por esse ponto de vista auxilia no estímulo às mudanças sociais positivas, abrindo e pavimentando caminhos e discussões. Além do mais, centralizar esses coletivos populares estimula a visibilidade das lutas que essas mulheres vêm empreendendo no Brasil.

CONCLUSÃO

Os percursos para romper com o colonialismo e o patriarcado são necessários e plurais, mas não menos árduos. Apesar disso, iniciativas empreendidas pela *Coletiva Mulheres da Quebrada* mostram que descolonizar é possível. Portanto, nesse artigo, refletiu-se sobre a força do trabalho realizado pela Coletiva, que em muitas ocasiões desempenha o papel que deveria ser do Estado, na tentativa da garantia de direitos básicos da população residente no Aglomerado da Serra. Aliás, para além dos processos de assistência, a Coletiva realiza uma mobilização para cada sujeita por elas acolhida, se enxergar enquanto únicas, diversas, potentes: exercendo a liberdade de ser e viver, de protagonizar a produção dos saberes, de questionar a invisibilidade propositalmente articulada pelos setores hegemônicos, se deixarem empoderar pela potência do que são, produzem e organizam, pelos resultados de suas lutas. Lutas construídas na coletividade com mulheres que se encontram nesse grupo belorizontino, buscando a centralidade das suas narrativas, e o reconhecimento dos seus direitos de mulheres negras periféricas. Entendemos que os percursos para romper com o colonialismo e o patriarcado são árduos. Contudo, iniciativas empreendidas por essas mulheres mostram que descolonizar é possível.

Conclui-se, afirmando a importância da existência e atuação dessa Coletiva no cenário do Aglomerado da Serra, e a potência do trabalho de coletivos femininos negros ao redor do Brasil. Esses movimentos sociais têm nos provocado a pensar novas

concepções em termos de ação política, assim como aquilo que se refere às demandas de pesquisa sobre os movimentos de mulheres.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é Interseccionalidade?* Disponível em :
<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/?gclid=CjwKCAjw9LSSBhBsEiwAKtf0nzp1AKoStF5z4t1RkkAf2REhy0s9Kaji3gfjEbKB3K1qGOBS5ueXRxoCG7QQAvD_BwE> .Acesso em 06 de abril de 2022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 11, p.89-117, maio/ agosto, 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações e no poder público*. Tese de (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10 vol. 1, p.171-188, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2022.

FIGUEIREDO, A. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

FIGUEIREDO, Angela. *A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder*. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. *Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada*. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

hooks, bell. *Teoria Feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre>>. Acesso em 30 de março de 2022.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. Coleção Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro/Summus, 2010.

REIS, Marilise Luiza Martins. *Diáspora Como Movimento Social: A Red de Mujeres AfrolatinoAmericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora e as políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional*. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100761/308891.pdf?sequence=1>>. Acesso em: out, 2021.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SCHUMAN, Lia.Vainer. (2014). *Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana*. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista ABPN-Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as)*. vol. 1, n.1, março/junho de 2010.

17ª Reunião Ordinária da Comissão de Mulheres na Câmara Municipal de Belo Horizonte, 02 de julho de 2021. Disponível em: <www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2021.